

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

História do Brasil - Grandes Navegações e o Sistema Colonial	2
Grandes Navegações.....	2
Pioneirismo Português.....	2
Principais Viagens Portuguesas.....	2
Período Pré-Colonial (1500-1530).....	2
Expedições de Reconhecimento.....	2
Expedições Guarda-Costas	2
Expedições de Exploração	3
Ciclo do Pau-Brasil	3
Período Colonial (1530 – 1808).....	3
Capitanias Hereditárias (1534).....	3
Governos-Gerais (1548/49).....	4
Principais Governadores-Gerais:	4

História do Brasil - Grandes Navegações e o Sistema Colonial

Grandes Navegações

Pioneirismo Português

Portugal foi o primeiro país a se lançar ao mar, na aventura de buscar uma nova rota para as Índias. Alguns fatores devem ser levados em conta para compreender esse fato, dentre eles:

- > posição geográfica favorável;
- > tradição naval;
- > burguesia empreendedora;
- > poder político centralizado;
- > técnicas e instrumentos de navegação;
- > Escola de Sagres.

Cumprir observar que o que explica o PIONEIRISMO PORTUGUÊS não são esses fatores entendidos isoladamente, mas a sobreposição e a ocorrência simultânea deles, criando condições favoráveis e diferenciadas para Portugal ser o primeiro país a se lançar ao mar na busca de uma nova rota para as Índias, deslocando o eixo de navegação do Mediterrâneo para o Atlântico, e realizando o chamado Périplo Africano, isto é, a conquista e contorno da África.

Principais Viagens Portuguesas

- > Tomada de Ceuta (1415);
- > Ilha da Madeira (1425);
- > Açores (1427);
- > Cabo Bojador (1434);
- > Conquista da Guiné (1436-53);
- > Bartolomeu Dias contorna o Cabo das Tormentas, extremo sul da África, rebatizado, então, de Cabo da Boa Esperança (1488);
- > Vasco da Gama chega às Índias (1498).

Período Pré-Colonial (1500-1530)

Ao longo dos trinta primeiros anos da chegada dos portugueses às terras brasileiras observa-se um relativo desinteresse pela região, fato este que pode ser explicado por dois principais fatores:

- a) a não descoberta de ouro;
- b) o lucrativo comércio com as Índias.

As principais atividades desenvolvidas por Portugal nesse período consistiram no envio de algumas expedições para o Brasil. Destacamos as seguintes:

Expedições de Reconhecimento

Objetivo de mapear e reconhecer o território, verificando as potencialidades econômicas.

Expedições Guarda-Costas

Patrulhar o litoral e procurar defender as possessões portuguesas evitando o contrabando e outras práticas;

Expedições de Exploração

Responsáveis pela extração de produtos que tenham valor econômico dentro da prática mercantilista europeia.

Ciclo do Pau-Brasil

Madeira encontrada em grandes quantidades no litoral brasileiro e com alto valor comercial na Europa, da qual se extraía uma tintura avermelhada, revendida principalmente para a região de Flandres (Bélgica) – importante polo produtor de tecidos.

A mão de obra utilizada na extração do pau-brasil era a indígena, principalmente por intermédio da prática do ESCAMBO – trocas desiguais, porém com significado cultural equivalente, uma vez que o que era quinquilharia para o europeu, tratava-se de tecnologia para o indígena, e a recíproca também.

Embora a prática mais comum fosse o escambo, não podemos descartar a utilização da escravidão indígena nesse período, todavia com baixa intensidade.

Período Colonial (1530 – 1808)

Primeiramente, devemos ter em mente que uma das principais razões para Portugal iniciar o povoamento mais efetivo do território brasileiro foi a garantia da posse sobre as terras conquistadas, procurando, deste modo, evitar invasões estrangeiras. Vale ressaltar que os mesmos dois motivos que caracterizaram o desinteresse português em um primeiro momento, tornam-se uma realidade inversa, uma vez que o comércio com as Índias enfrenta um certo declínio, e a Espanha descobre ouro em suas terras.

Essas primeiras EXPEDIÇÕES COLONIZADORAS são marcadas pela escassez de recursos da Coroa e por iniciativas as quais apenas vão visar fixar o elemento humano e desenvolver atividades mercantis dentro da ótica do sistema colonial, no entanto, sem alcançar um êxito imediato e passando por grandes dificuldades. Um exemplo foi a Expedição de Martim Afonso de Souza (1500-32), com o objetivo de proteger o litoral de ataques piratas, bem como fundar povoados e explorar o território. Em 1532, após percorrer grande parte da costa brasileira, Martim Afonso fundou a primeira vila do país, a Vila de São Vicente.

A escassez de recursos por parte da Coroa Portuguesa para garantir o povoamento do Brasil conduziu o rei D. João III a criar o sistema de Capitânias Hereditárias.

Capitânias Hereditárias (1534)

Podemos compreender as Capitânias como uma espécie de privatização do povoamento, transferindo para particulares a responsabilidade por esta empreitada – claro que dentro dos limites impostos pela lógica absolutista/mercantilista.

O território brasileiro foi dividido em 15 lotes de terras que se estendiam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo distribuídos a 12 donatários, os quais possuíam a responsabilidade pela ocupação e exploração econômica das terras. Os donatários, portugueses provenientes de um grupo social bastante diversificado – nobres, burgueses, militares etc. –, possuíam a posse vitalícia e hereditária do quinhão de terras recebido, desde que cumprindo suas obrigações junto ao Estado português. O ordenamento jurídico desta empreitada se dava por meio de dois documentos: a Carta de Doação (que estabelecia a posse da Capitania ao seu respectivo donatário) e o Foral (que estabelecia as obrigações para com a Coroa).

Embora tenham apresentado as primeiras medidas mais efetivas no que tangencia ao povoamento brasileiro, podemos dizer que o sistema não logrou êxito, uma vez que apenas duas capitânias prosperaram (Pernambuco e São Vicente), sendo que o insucesso se deu por diferentes motivos:

- > distância em relação à metrópole;
- > descentralização administrativa;
- > constantes ataques indígenas;
- > descaso de muitos donatários.

Como forma de dar eficiência administrativa e funcionalidade às Capitâneas Hereditárias, a metrópole portuguesa criou o sistema de Governos-Gerais.

Governos-Gerais (1548/49)

Essa forma organizativa tinha por objetivo promover a centralização política administrativa das Capitâneas. Para tanto, o rei nomearia um Governador-Geral, que seria uma espécie de extensão do poder político do monarca português no território colonial, responsável por fazer valer os interesses e as políticas metropolitanas no Brasil.

Para isso, o Governador-Geral tinha por auxílio outros três cargos importantes:

- > **Capitão-Mor:** responsável pelas ações militares, proteção e patrulhamento;
- > **Ouvidor-Mor:** responsável pela aplicação das leis e pelas questões jurídicas;
- > **Provedor-Mor:** responsável pelas finanças, questões econômicas e impostos.

Podemos destacar como principais resultados da implantação deste sistema político-administrativo: a catequização de indígenas, o desenvolvimento agrícola e o incentivo à vinda de mão de obra escrava africana para as fazendas brasileiras. Os Governos-Gerais perduraram até o ano de 1640 (fim da União Ibérica), quando foram substituídos pelo Vice-Reinado.

Principais Governadores-Gerais:

→ **Tomé de Souza (1549-1553):**

- > vinda dos jesuítas – destaque: Manuel da Nóbrega;
- > fundação do Bispado;
- > subordinação de indígenas;
- > abertura de estradas;
- > incremento da lavoura açucareira;
- > fundação de Salvador (1ª capital).

→ **Duarte da Costa (1553-1558):**

- > chegada de Pe. Anchieta;
- > fundação do Colégio de Trabalhos Apostólicos de São Paulo (1554);
- > Invasão Francesa do Rio de Janeiro – França Antártica (1555);
- > Confederação dos Tamoios – aliança de algumas tribos indígenas com franceses.

→ **Mem de Sá (1558-1572):**

- > ampliação da lavoura de exportação;
- > fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro;
- > expulsão dos franceses do Rio de Janeiro (1567)
- > divisão política do território (1573):
 - » **Governo do Norte** – Capital em Salvador;
 - » **Governo do Sul** – Capital no Rio de Janeiro.

Exercícios

01. Nas primeiras décadas da chegada dos portugueses no Brasil (1500 a 1530), o governo português limitou-se a reconhecer a terra e preservar sua posse. É o chamado período pré-colonial.

Sobre o início da colonização do Brasil, assinale a alternativa CORRETA.

- a)* No primeiro momento, o governo português enviou expedições guarda-costas e exploradoras, bem como priorizou a construção de feitorias.
 - b)* O rei de Portugal ordenou a utilização da mão de obra africana na extração do pau-brasil.
 - c)* A providência imediata após o descobrimento foi a criação do Governo-Geral, visando a descentralizar o poder político.
 - d)* O Brasil foi colonizado primeiro por invasores franceses, com o objetivo de dominar o comércio açucareiro.
 - e)* A fundação das atuais cidades do Rio de Janeiro e São Paulo fez parte do primeiro plano de ocupação elaborado em 1510.
- 02.** Para viabilizar a colonização e evitar gastos para a Metrópole, o rei português D. João III decidiu implantar em terras brasileiras um sistema já experimentado em outras colônias: o sistema das capitanias hereditárias. Sobre esta forma de ocupação do território, é INCORRETO afirmar:
- a)* As capitanias consistiram na divisão da colônia em quinze grandes faixas de terra, que se estendiam do litoral ao Meridiano de Tordesilhas.
 - b)* Os donatários eram provenientes de um grupo pouco diversificado, ligado à grande nobreza portuguesa.
 - c)* O sistema de capitanias foi regulamentado pelas cartas de doação e forais, instrumentos jurídico-administrativos que assinalavam os direitos e deveres dos donatários.
 - d)* Com exceção das Capitanias de São Vicente e Pernambuco, as demais capitanias fracassaram, sendo várias as razões; dentre estas, falta de recursos, isolamento, desentendimentos internos e ataques de índios.
 - e)* Os capitães-donatários recebiam uma doação da coroa pela qual se tornavam possuidores, mas não proprietários da terra.

Gabarito

01 - A

02 - B